

PRESS KIT

Justiça

em números 5

2022

PRESS KIT

Justiça

em números

2022

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

O ano de 2021 marcou a retomada de parte dos serviços presenciais do Poder Judiciário após período em que as atividades da Justiça foram exercidas quase que totalmente de forma remota em função da pandemia da Covid-19. Nesse cenário, verificou-se que em 2021 o acervo alcançou patamares próximos a 2019, mas ainda inferiores.

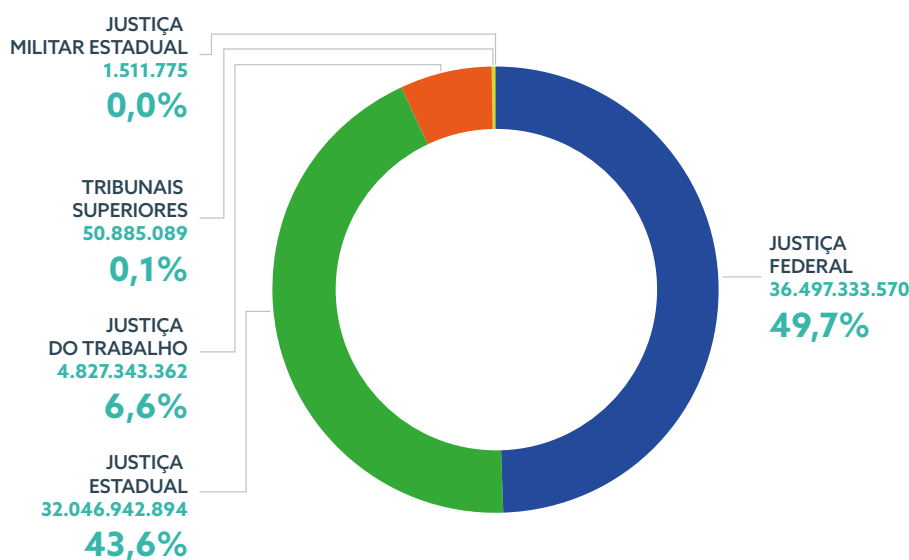
- ▶ Total de processos em tramitação no Judiciário brasileiro em 2021: 77,3 milhões. Entre eles, 15,3 milhões (19,8% do total) são processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório, aguardando alguma situação jurídica futura.
- ▶ Total de casos novos em 12 meses: 27,7 milhões - crescimento de 10,4% em relação a 2020. Considerando apenas as ações ajuizadas pela primeira vez em 2021, o total é de 19,1 milhões.
- ▶ Volume de processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório, aguardando definição jurídica futura em 2021: 15,3 milhões – alta de 9,6% em relação a 2020.
- ▶ Total de processos baixados: 26,9 milhões – aumento de 11,1% em relação a 2020. O percentual é superior ao crescimento de 10,4% em casos novos.
- ▶ O Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) cresceu 11,6% em 2021 em relação a 2020, o que representa a baixa de 1.588 processos por magistrado ou magistrada. O Índice de Produtividade dos Servidores (IPS-Jus) também cresceu, em 13,3%.
- ▶ Em média, foram solucionados 6,3 casos por dia útil do ano, sem descontar períodos de férias e recessos.

JUSTIÇA DIGITAL

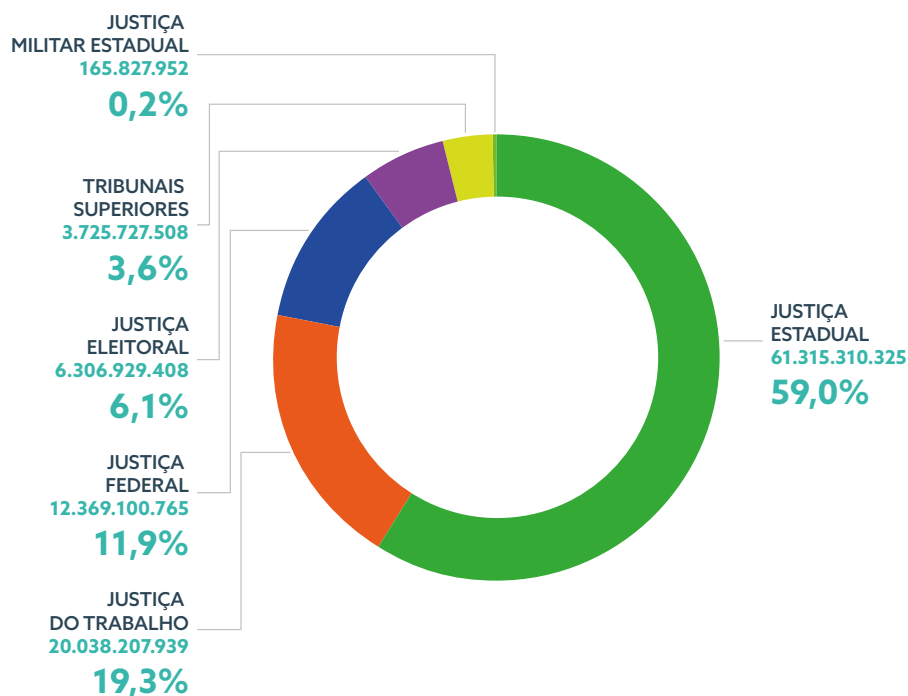
- ▶ 97,2% dos novos processos ingressaram na Justiça em formato eletrônico em 2021: foram 27 milhões de casos novos ingressados por meio virtual.
- ▶ Os 90 tribunais brasileiros atuam com base na Justiça Digital. Nas Justiças federal, eleitoral e do Trabalho, o índice atingiu 100% de virtualização dos processos novos. Na Justiça estadual, ingressaram 96% de processos eletrônicos novos.
- ▶ Ao fim de 2021, 80,8% dos processos em tramitação na justiça brasileira eram em formato eletrônico.
- ▶ 182,7 milhões de processos novos ingressaram na Justiça em formato eletrônico nos 13 anos da série histórica do Relatório Justiça em Números.
- ▶ Os processos eletrônicos tiveram maior representatividade na resolução definitiva das ações judiciais em tramitação.
- ▶ O percentual de processos baixados eletronicamente (89,1%) superior ao de processos pendentes eletrônicos (80,8%) mostra a eficiência decorrente da digitalização dos processos.
- ▶ O tempo médio dos processos eletrônicos é de 3,4 anos, representando quase um terço do tempo médio de 9,9 anos dos processos físicos.

ARRECAÇÃO E DESPESAS

- ▶ As despesas totais do Poder Judiciário foram reduzidas em 5,6%, somando R\$ 103,9 bilhões em 2021. Já a arrecadação somou R\$ 73,42 bilhões em 2021, ou 71% das despesas do Poder Judiciário – um dos maiores percentuais da série histórica, superado somente pelo resultado de 2019.
- ▶ Do total arrecadado, R\$ 44,6 bilhões correspondem à liquidação de dívidas de devedores aos cofres públicos por meio das execuções fiscais, representando 60,7% da receita.
- ▶ O recolhimento com custas, fases de execução, emolumentos e eventuais taxas resultou na arrecadação de 14,5 bilhões (19,8% do total), e as receitas decorrentes do imposto causa mortis nos inventários, R\$ 10,3 bilhões (14% do total).



- ▶ A redução de R\$ 6,2 milhões das despesas do Judiciário em relação ao ano anterior foi resultado da redução de 6,7% nas despesas com pessoal e queda de 2,4% nas despesas de capital.
- ▶ Desconsiderado o efeito da inflação, o gasto de 2021 foi o equivalente ao de 2014.
- ▶ Outras despesas correntes cresceram 10,8 % em razão da retomada dos trabalhos presenciais possibilitado pelo arrefecimento da pandemia.
- ▶ As despesas totais correspondem a 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional ou a 9,64% dos gastos totais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.



EXECUÇÃO FISCAL

- ▶ Processos de execução fiscal representam, aproximadamente, 35% do total de casos pendentes e 65% das execuções pendentes no Poder Judiciário.
- ▶ A taxa de congestionamento das execuções fiscais foi de 90%, ou seja, de cada cem processos de execução fiscal que tramitaram em 2021, apenas 10 foram baixados. O percentual é 15,8 pontos superior a taxa de congestionamento em toda a Justiça (74,2%).
- ▶ Em relação ao ano de 2020, os casos novos de execução fiscal cresceram 39,4%, retornando a um patamar próximo ao observado nos anos anteriores à pandemia.
- ▶ As varas exclusivas de execução fiscal ou de fazenda pública foram responsáveis em 2021 pela baixa de 70% dos processos desse tipo e concentrou 69% dos pendentes de execução fiscal.
- ▶ Em sete tribunais brasileiros, todos os processos de execução fiscal tramitam em varas exclusivas: TJAM; TJDF; TJSE; TJRN; TJPI; TJPB; TJAL.

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS

- ▶ Mais de 3.500 unidades judiciárias de primeiro grau apresentam competência exclusiva cível ou criminal; 536 são exclusivas de execução fiscal ou fazenda pública; 376 são exclusivas de família; 169 são exclusivas de infância e juventude; 138 são exclusivas de violência doméstica; 128 são exclusivas de execução penal e 112 são exclusivas de Tribunal do Júri.
- ▶ 65,6% das comarcas brasileiras são varas de juízo único, ou seja, têm atribuição para processar todos os tipos de feitos. As demais unidades possuem competências específicas que atuam ou na forma exclusiva ou cumulativa com outras especializações.

VARAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

- ▶ As 138 varas exclusivas de violência doméstica são responsáveis por somente 32% dos processos relativos a casos de violência doméstica em tramitação no país. Ou seja, 68% do acervo de processos relativos a casos de violência doméstica tramitam em varas não exclusivas.
- ▶ O TJDF e o TJRR são os únicos a apresentar mais de 90% dos processos de violência doméstica em unidades destinadas a julgar exclusivamente tais ações (94% e 100%, respectivamente).
- ▶ A taxa média de congestionamento das varas exclusivas de violência doméstica é de 65,8%. As menores taxas estão no TJDF (43,8%) e no TJRR (52%). Já o TJPI (90%), o TJRN e o TJCE (83%) apresentam as taxas de congestionamento mais altas nessas varas.

ASSUNTOS MAIS DEMANDADOS

- ▶ Na Justiça Estadual, que concentra 71% dos casos novos ingressados no Judiciário, o tema “Direito Civil” aparece duas vezes entre os cinco assuntos mais frequentes, sendo também a principal matéria em todos os graus de jurisdição da Justiça Estadual. Nos juizados especiais, as discussões são sobre danos morais e materiais. Já na justiça comum, entram nos cinco maiores assuntos discussões sobre o direito de família em matéria de alimentos e de relações de parentesco (guarda, adoção de maior, alienação parental, suspensão do poder familiar, investigação de maternidade/paternidade, entre outros).
- ▶ Na Justiça Federal, há um número elevado processos de direito previdenciário, entre os quais o auxílio-doença previdenciário é o subtema mais recorrente, seguido pela aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade e aposentadoria por tempo de serviço. Também se destacam as ações sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Desde 2020, o Auxílio Emergencial passou a figurar na lista dos cinco maiores assuntos dos Nos Juizados Especiais Federais (JEFs), em decorrência da pandemia causada pela covid-19.

AGENDA 2030, MEIO AMBIENTE E DIREITOS HUMANOS

- ▶ Dados do Relatório Justiça em Números 2022 mostram a institucionalização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 pela Justiça brasileira. Além do ODS 16 (proporcionar o acesso à Justiça para todos) relacionado a quase todos os casos novos da Justiça, foram destaques os temas econômicos e sociais no ranking que relaciona os casos novos aos ODS: ODS 8 (Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos), o ODS 11 (Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis), e o ODS 3 (Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades).
- ▶ Em 2021, houve um aumento de mais de 10% no número de processos ambientais em relação ao ano anterior, totalizando 89 mil ações. A maior parte dos processos ingressados está no primeiro grau, com 47%. Outros 38% se encontram em Juizado Especial.

- ▶ Os assuntos ambientais mais demandados foram crimes contra a flora, fauna, meio ambiente e o patrimônio genético, o que demonstra a relação direta com a degradação do meio ambiente.
- ▶ Os tribunais que mais possuem processos ambientais em números absolutos são o TJMG, TJSP, TJRS, TJSC e TRF1.
- ▶ Houve aumento de 2,5% no número geral de casos novos sobre Direitos Humanos em 2021. As demandas relativas a Direitos Humanos estão concentradas em primeiro grau (59%), seguida do segundo grau (28%). Os Juizados Especiais concentram apenas 9% do total.
- ▶ Os assuntos mais recorrentes em 2021, além de assistência social, foram os relacionados aos direitos das pessoas com deficiência, da pessoa idosa, moradia, alimentação, anistia política, proteção da intimidade e sigilo de dados e não discriminação.
- ▶ Os Tribunais mais demandados sobre Direitos Humanos em números absolutos foram o TJSP, TJAL, TJPA, TRF3, TJMA, TJBA, TRF2 e TJSC.

CONCILIAÇÃO

- ▶ Em 2021, o índice de conciliação na fase de execução cresceu para 8,1%, um ponto percentual acima de 2020 – o melhor percentual foi o da Justiça do Trabalho, 12%. Já na fase de conhecimento, o índice de conciliação não retomou os níveis pré-pandemia – foi de 17,4% ano passado, contra 19,8%, dois anos antes.
- ▶ A conciliação na fase de conhecimento atingiu resultados diversos nos juizados e na justiça comum. Enquanto o índice nos juizados especiais foi de 18,5%, o percentual de acordos nas varas foi de 16,7%.

DATAJUD E O RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS

- ▶ A partir da 19ª edição do Relatório Justiça em Números, a publicação passa a contar com a Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud) como fonte originária de obtenção de dados empíricos para a construção de seus principais indicadores, inaugurando uma nova etapa de construção metodológica dos dados estatísticos e indicadores do Poder Judiciário nacional.
- ▶ A utilização da infraestrutura do DataJud consiste em um marco de eficiência e priorização da transparência ativa, passando a ser desnecessário o preenchimento específico e manual por cada um dos gestores das cortes brasileiras. O envio e recebimento de dados são feitos de forma automatizada.
- ▶ O DataJud é responsável pelo armazenamento centralizado dos dados e metadados processuais relativos a todos os processos físicos ou eletrônicos, públicos ou sigilosos, de todo o Poder Judiciário brasileiro. Atualmente conta com metadados de 280 milhões de processos de todos os segmentos de Justiça.
- ▶ Estatísticas específicas sobre a tramitação processual eletrônicos e mais detalhes sobre o tempo de tramitação das ações judiciais foram possíveis em razão da utilização dos dados do DataJud.

